



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680211 - RS (2021/0219548-3)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JOSIMAR SALDANHA FLORES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSIMAR SALDANHA FLORES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Agravos em Execução n. 0001936-21.2021.8.21.7000).

O paciente "cumpre pena de 15 anos, 06 meses e 25 dias de reclusão, atualmente no regime fechado, em razão da prática de crimes contra o patrimônio" (fl. 10).

A impetrante sustenta que o tribunal (fl. 3):

[...] alterou a data-base para fins de progressão de regime, ampliando o alcance para, além do livramento condicional, indulto e comutação, também a saída temporária.

Contudo, o acórdão exarado configura constrangimento ilegal, pois alcança interpretação que está em desacordo com os princípios regentes da execução penal, com a lei e com a posição jurisprudencial preponderante junto aos tribunais superiores [...].

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para "determinar que a data-base do benefício de saída temporária e de trabalho externo não integre os consectários estabelecidos em razão do reconhecimento de falta grave" (fl. 7).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O pleito tem plausibilidade jurídica.

Isso porque, à luz da jurisprudência do STJ, a "prática de falta grave durante o cumprimento da pena não acarreta a alteração da data-base para fins de saída temporária e trabalho externo. Precedentes" (HC 611.195/RS, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 15/10/2020).

No mesmo sentido, a título de reforço:

2. Conforme precedentes desta Corte, o cometimento de falta grave não acarreta a recontagem do lapso temporal para a obtenção de saída temporária.

3. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para determinar que o cometimento de falta disciplinar de natureza grave pelo sentenciado não tenha o condão de interromper a data-base para concessão da saída temporária. (HC 557.783/RS, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 28/2/2020.)

2. A prática de falta grave durante o cumprimento da pena não acarreta a alteração da data-base para fins de saída temporária e trabalho externo (AgRg nos EDv nos EREsp n. 1.755.701/RS, Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, DJe 19/6/2019). (AgRg no REsp n. 1.744.448/RS, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 16/12/2019.)

1. É cediço por esta Corte que o cometimento de falta grave, pelo Reeducação, no curso da execução da pena, não enseja a alteração da data-base para fins de ulterior concessão dos benefícios da saída temporária e do trabalho externo, cujos requisitos - objetivos e subjetivos - estão delimitados na especialidade normativa dos arts. 36, 37 e 123, todos da Lei n.º 7.210/1984. Entendimento em sentido contrário consubstanciar-se-ia vedada analogia in malam partem, em descompasso à cláusula pétrea da reserva legal, expressada no art. 3.º, caput, do referido diploma.

2. A Terceira Seção deste Tribunal Superior, a propósito, ao aperfeiçoar o entendimento firmado no EREsp n.º 1.176.486/SP, por ocasião do julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia n.º 1.364.192/RS, decidiu que "o cometimento de falta grave no curso da execução enseja a interrupção do prazo para a progressão de regime, mas não importa a recontagem do lapso temporal para a obtenção do livramento condicional e outros benefícios da execução, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade" (AgRg no REsp 1.752.822/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 30/08/2018; grifos diversos do original.) (AgRg no REsp n. 1.755.715/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 25/10/2019.)

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para determinar, em razão da prática da falta grave no curso da execução penal, a não interrupção das datas-base dos benefícios de saída temporária e do trabalho externo.

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente